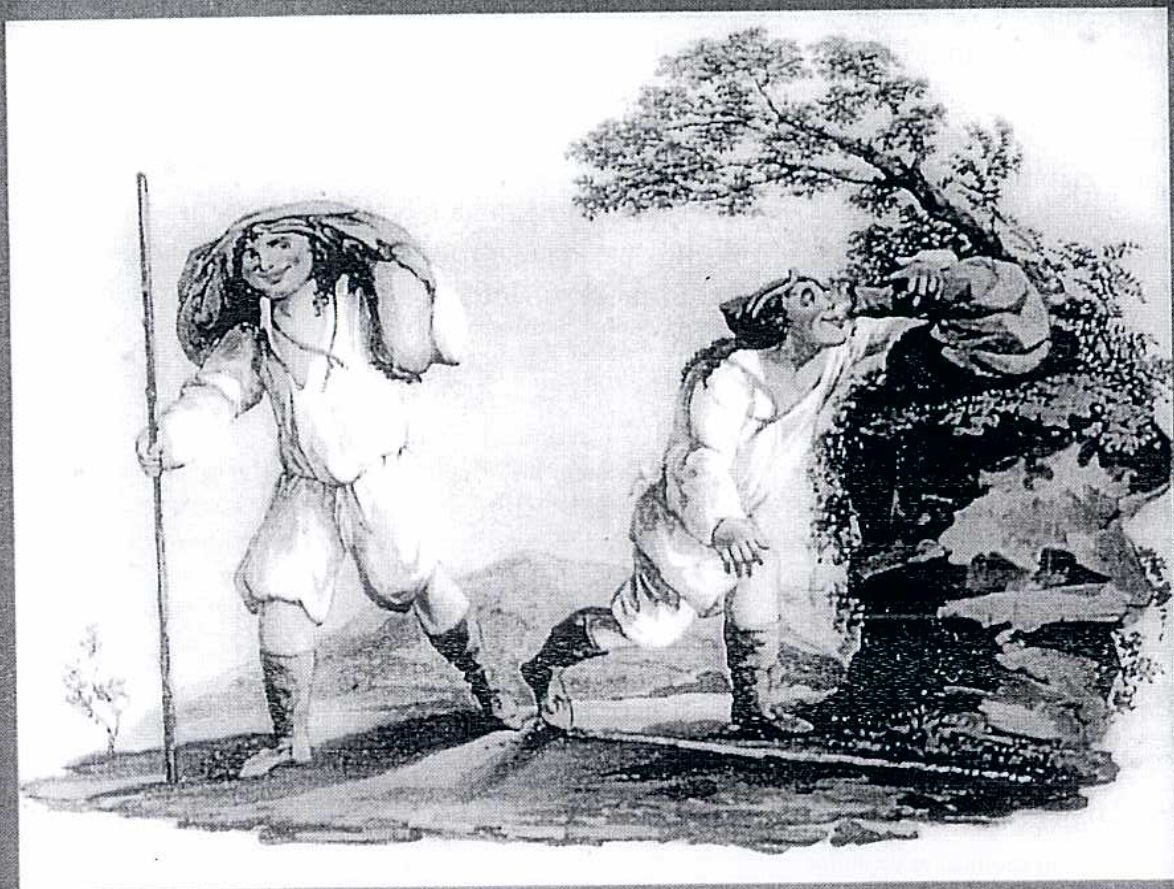


**ACTAS DO III SIMPÓSIO
DA ASSOCIAÇÃO INTERNACIONAL
DE HISTÓRIA E CIVILIZAÇÃO DA VINHA E DO VINHO**



REGIÃO AUTÓNOMA DA MADEIRA

A EDILIDADE PORTUENSE E O VINHO DO DOURO

ANA SÍLVIA ALBUQUERQUE DE OLIVEIRA NUNES*

O vinho do Douro foi em grande parte responsável pelo progresso vivido na Cidade do Porto ao longo dos tempos e com particular esplendor no século XVIII, assim como o vinho em geral constituiu uma considerável fonte de riqueza para o engrandecimento do Reino de Portugal.

Assim, podemos compreender que o Senado portuense tivesse uma especial preocupação com um variado leque de assuntos estreitamente ligados aos vinhos comercializados na região.

É conhecida a criação, em 1756, da Companhia Geral da Agricultura das Vinhas do Alto Douro, instituição que veio regulamentar e proteger os vinhos do Douro¹⁹⁷. Mas para além do assunto propriamente dito da qualidade e comércio

* Docente do departamento de História da Universidade Portucalense.

¹⁹⁷ O historiador Francisco Ribeiro da Silva tem investigado várias matérias relacionadas com o tema do Vinho do Douro e o da Companhia Geral da Agricultura das Vinhas do Alto Douro, inclusivamente publicou um estudo sobre o célebre Motim do Porto de 1757 que a mesma provocou, mas podemos encontrar num texto da sua autoria, que o principal objectivo da Companhia seria o de resolver a crise dos vinhos do Douro, e, "...para isso, tornava-se urgente concretizar outras medidas, tais como:

- proteger os vinhos finos de exportação;
- preservar e garantir a qualidade dos vinhos durienses, não apenas os de embarque mas também os de consumo corrente;
- subtrair aos ingleses o controlo da comercialização do vinho do Porto;
- fomentar a viticultura no Douro, tornando-a capaz de suplantar a concorrência de outras zonas produtoras de vinho".

Para que esse objectivo fosse atingido, a "Companhia viu-se favorecida por importantes privilégios, na linha da filosofia protecctionista em voga naquela época. De entre os meios excepcionais postos ao serviço do novo Instituto, destacaremos alguns:

- consagração do princípio da demarcação da área produtora de vinhos de exportação, medida

do mesmo, existiam muitos outros problemas para resolver, alguns dos quais iremos em seguida abordar.

Uma das matérias que se destacam na Governança da Cidade é a solicitação, por parte de diversas entidades, de receitas provenientes do Vinho para a construção ou remodelação de bens imóveis ou de infra-estruturas das suas terras. Desde conventos a povoados do Termo do Porto, pretendem frequentemente recorrer ao auxílio pecuniário proveniente da taxação do vinho para satisfazerem as necessidades financeiras de obras que consideram da maior importância.

Surge-nos assim uma questão:

– Que atitude toma o Senado da cidade do Porto perante tais solicitações?

Em primeiro lugar parece-nos oportuno, ou mesmo indispensável, lembrar alguns factos inerentes às receitas obtidas através do comércio do vinho (não apenas do Douro, mas de qualquer origem) para melhor se poder compreender a razão que levaria as gentes a pensar em tal solução para os seus problemas pecuniários.

Reportando-nos apenas à Idade Moderna, recordamos que o vinho foi alvo da aplicação de vários impostos, uns permanentes e outros de cariz temporário.

Quando o Rei D. Manuel concedeu Carta de Foral ao Porto estipulou “que de qualquer barca ou batel em que se vendesse vinho à *prancha*, vinte e cinco canadas e meia da medida então corrente haviam de ser pagas ao Bispo ou ao Mordomo de Vila Nova, consoante se tratasse de vinhos produzidos no Reino ou de vinhos importados”¹⁹⁸.

O vinho que se consumisse na cidade do Porto, seria ainda onerado com o “*milheiro*” a pagar à Igreja¹⁹⁹, com uma quantia por “*entrada*”²⁰⁰ a favor da cidade,

tanto mais de enaltecer quanto significou uma antecipação longínqua da adopção quase universal de marcas de origem;

- arranque com capitais avultados, a realizar pela venda de 1.200 acções do valor de 400\$000 réis cada e abertura de linhas de crédito aos produtores, com juros baixos;
- exclusivo da venda de vinhos de consumo corrente na cidade do Porto e em três léguas em redor bem como do fabrico e exportação de aguardente nas três Províncias do Norte: Minho, Beira e Trás-os-Montes(alvará de 1760)” – in SILVA, Francisco Ribeiro da – *Do Douro ao Porto: o protagonismo do vinho na Época Moderna. Douro: Estudos & Documentos*. Porto. ISSN 0873-3899; 2(1996); p.113.

¹⁹⁸ CARDOSO, António de Barros – Vinho e Fiscalidade na Época Moderna. *Douro: Estudos & Documentos*. Porto. ISSN 0873-3899; 3(1997); p.74. O autor recorre à obra de António Cruz sobre os *Forais Manuelinos da cidade e Termo do Porto*, para fundamentar a sua afirmação. Sobre o assunto de “vinho, fiscalidade e urbanismo”, veja-se CARDOSO, António de Barros – *Baco & Hermes: O Porto e o Comércio Interno e Externo dos Vinhos do Douro (1700-1756)*. Porto: Grupo de Estudos de História da Viticultura Duriense e do Vinho do Porto, 2003. ISBN 972-98969-0-9

¹⁹⁹ Um por cento sobre a quantidade vendida. Ver – CARDOSO, António de Barros – Vinho e Fiscalidade na Época Moderna...p.74. O autor recorre à obra citada de António Cruz.

²⁰⁰ 30 reais por cada pipa declarada, que revertiam a favor da cidade, com excepção do vinho

mais um ónus de quarenta e oito reais por “*cada tonel que chamam malatosta e das outras vasilhas*”, sobre quem carregasse vinho na urbe e a repartir *in exequo* pela Igreja portuense e pela Coroa²⁰¹. Ainda há referir o *Tittolo da portagem e passagem*, incluso no Foral que definia o pagamento de meio almude por cada carro carregado com vinho, com variantes de quantitativo conforme o género de animal de carga que o transportasse²⁰².

Um dos impostos mais duradouros sobre o vinho comercializado na cidade do Porto, veio a ser o da *Imposição dos Vinhos*. Inicialmente o Rei D. Sebastião, ainda na regência da Rainha D. Catarina, estabeleceu-o por três anos a partir de 1559²⁰³.

Este imposto foi criado para substituir os encargos fiscais sobre o pão, como eram o caso da sisa, portagem e outros direitos do Bispo e Cabido, anuindo desta forma, a uma solicitação do Senado nesse sentido, a fim de facilitar o abastecimento citadino desse bem de consumo essencial. Assim, seria lançado sobre o vinho uma imposição de 1 ceiril por quartilho – 140 réis por pipa – para compensar os direitos perdidos e ainda o da sisa da carne e, havendo sobras, reverteriam a favor das obras da cidade²⁰⁴.

E continuando nesta retrospectiva de ónus sobre o vinho, debruçamo-nos agora sobre uma série de impostos que têm como finalidade o desenvolvimento e engrandecimento da cidade, como referi no início deste trabalho.

Destacamos o Real de Água²⁰⁵, que com uma longa evolução, também se destinou a custear obras de abastecimento de água. Outros houve sobre os vinhos e

de exportação. Ver – CARDOSO, António de Barros – Vinho e Fiscalidade na Época Moderna... O autor recorre à obra citada de António Cruz.

²⁰¹ CARDOSO, António de Barros – Vinho e Fiscalidade na Época Moderna.. p. 74. O autor recorre à obra citada de António Cruz.

²⁰² “Se o produto fosse transportado em bestas cavallares ou muars, pagar-se-iam duas canadas por besta. No caso de animais de carga inferior, uma canada e meia”. Ver – CARDOSO, António de Barros – Vinho e Fiscalidade na Época Moderna... p. 74. O autor recorre à obra citada de António Cruz.

²⁰³ Pensa-se ser esta a primeira data em que o imposto entra em vigor. Ver SILVA, Francisco Ribeiro da – *O Porto e o seu Termo (1580-1640): os Homens, as Instituições e o Poder*. Porto: Câmara Municipal. Arquivo Histórico, 1988. (Documentos e Memórias para a História do Porto, 46) p 888

²⁰⁴ Ver SILVA, Francisco Ribeiro da – *O Porto e o seu Termo*... p 888. O Autor fala-nos dos problemas de abastecimento de pão, devido à custosa navegabilidade do rio Douro durante o Inverno e às dificuldades de entrada na Barra.

²⁰⁵ Ver TORRES, Ruy d’Abreu – *Real de Água*. In DICCIONÁRIO de História de Portugal. Dir. Joel Serrão. Lisboa: Iniciativas Editoriais, 1971; vol. 3, P.540.

Ver igualmente o artigo citado de António de Barros Cardoso (Vinho e Fiscalidade...p. 77) que não só aborda o historial do imposto baseado no artigo de Ruy d’Abreu Torres, mas também refere factos relevantes sobre a atitude dos moradores do Porto que procuravam furtar-se ao imposto

que convém não esquecer como os Subsídios Militar e Literário²⁰⁶, mas esses destinavam-se respectivamente, como o nome sugere, à defesa do Reino e ao custeamento de algumas reformas pombalinas do ensino.

Mas o imposto mais significativo, no século XVIII, para o financiamento das obras da cidade veio a ser o de um “real por quartilho em todo o vinho que se consumir no districto” do privilégio da Companhia Geral da Agricultura das Vinhas do Alto Douro²⁰⁷.

Que obras eram essas e o que podemos entender por “*districto do privilégio da Companhia*”?

Numa carta enviada pelo Senado portuense ao Rei D. José e no subsequente *Aviso Régio*, datado de 29 de Julho de 1761, dirigido ao Governador da Cidade, D. João de Almada e Melo, está bem patente o estado da situação²⁰⁸.

A “conta” dada ao monarca, refere em primeiro plano o crescimento económico e demográfico da cidade, e os consequentes problemas urbanísticos:

“Senhor. Havendo-se aumentado no presente seculo o comércio desta cidade ao auge em que se acha cresceu com elle igualmente a sua povoação e opulencia e nam sendo já sufficiente o lemitado ambito que lhe constituição as suas muralhas para comprehender todos os moradores fundarão estes para sua habitação os novos bairros que lhe sam contiguos e hoje maiores que a cidade antiga: porem ou pello descuido dos Vereadores daquelle tempo ou pella falta da observancia das suas providencias senão praticou no estabelecimento dos ditos bairros regularidade alguma servindo só de plano para as novas obras o particular capricho das pessoas que as edificaram; reduziram-se as ruas principais e estradas que se derigião as portas dos postigos das muralhas conservando-se porem a dezigualdade do pavimento e a tortuoza figura da sua antecedente direção e com semelhante e mais excessivos defeitos se formarão outras ruas, traveças ficando em muitas pela falta de largura necessaria para servidão publica como sepultados muitos edificios que poderião constituir uma nova e regular cidade se foram destribuhidos com a necessaria ordem”;

com a consequente acção do rei D. João IV, que em 1643 envia à cidade um novo regulamento no qual define as “multas sobre os vizinhos do Porto, por meterem na cidade os vinhos comprados fora da cidade fazendo-os passar por vinhos de sua lavra e cutelo, sem pagarem os direitos de portagem e da imposição”; essas multas ajudariam a custear as despesas da Guerra da Restauração”. Cf A.H.M.P. – *Registo Geral*, lv. 4, fl. 321.

²⁰⁶ Ver TORRES, Ruy d’Abreu – *Subsidio Literário*. In DICCIONÁRIO de História de Portugal. Dir. Joel Serrão. Lisboa: Iniciativas Editoriais, 1971, vol. 4, p.89.

²⁰⁷ A H.M.P. *Obras Públicas*, lv. 2301, fl. 1v.

²⁰⁸ A H.M.P. – *Registo Obras Públicas*, Lv 1 fl. 92.

Com o mesmo conteúdo da Carta da Câmara enviada ao Rei detectámos um documento no I.A.N.T.T – *Ministério do Reino*, mç 900, cx 1105, datado de 14 de Fevereiro de 1761 enquanto que o documento do livro das Obras Públicas é datado de 10 do mesmo mês.

E destacando os problemas concretos do crescimento urbanístico, continuam:

"Porem esta se preteriu de sorte que nem ao menos chegou a praticar-se na Praça chamada Praça Nova para a qual precedeu hua planta que nam teve a sua devida observancia, perdendo-se pela liberdade com que se construíram as casas e edificios que a circundam não só a quadriatura do plano mas a uniformidade do prospecto com que tinha sido deliniada na referida planta da qual só conserva uma confusa memória";

Apontando soluções:

"Para evitar se perpetue o uzo de hum tam indisculpável absurdo que parece se faria mais pungente sendo praticado por hua Nação das mais civilizadas da Europa em hua cidade das mais populozas do seu continente e em hum tempo que o felis Reynado de Vossa Magestade fara entre todas a época mais ditosa dos seus fastos pertendendo prezentemente Ayres Pinto desta cidade empraçar as terras que pesue contiguas ao bairro das Ortaz prolongando pelo centro dellas a rua do mesmo bairro chamado do Anjo, e comtemplando esta camara o sucesivo aumento que a mesma cidade tem recebido pela concurrencia dos seus novos habitantes conciderando com a devida reflexão que as saudaveis leis de Vossa Magestade promulgadas em beneficio publico do commercio e manufacturas nacionais multiplicarão sem duvida o numaro dos individuos que se ucupam em tão uteis e louvaveis menisterios fazendo por infalivel consequencia incomparavel maior a povoação de todas as terras deste Reyno e especialmente a desta cidade em rezão de ser cabeça de hua província a mais inclinada ao comércio e a mais propria para o estabelecimento das novas fabricas mandou por meio de hum judicial embargo suspender todas as obras que se principiavão a abrir nas sobreditas terras de Ayres Pinto e rezolveu se tirasse hum plano das referidas terras e de todo o mais terreno que jaz entre as ruas chamadas do Bonjardim e Santo Ouvia para ella se formar hua planta...";

Referindo pormenores sobre a planta da cidade:

"...que repartindo com regularidade todo o referido terreno e conformando-se com a posição delle e das ditas duas ruas ja edificadas e de outras que lhe sam adejacentes, fica-se servindo de Padrão para todas as obras que se quizecem construir dentro do ambito nella comprehendido: a esse fim com intervenção do Governador das Armas deste partido se incumbiu hua tam seria deligencia ao sargento mor de Ingenheiros António Xavier do Rego e ao ajudante de Engenharia Francisco Pinheiro: os quais havendo examinado com a mais circunspecta actividade e extenção e pozitura de todo o referido terreno e das ruas já cituadas nas extremidades delle formalizarão a planta que pomos na real presença de Vossa Magestade [...] Imploramos a Paternal Benificencia de Vossa Magestade, suplicando seja Vossa Magestade, servido de aprovar a dita planta no literal sentido dos apontamentos com ella feitos e asinados pelos ditos officiais Ingenheiros ordenando se conserve nesta camara e que no terreno comprehendido na mesma planta se não possa innovar nem construir obra alguma que nam seja conforme a regularidade do projecto della";

A propósito do problema das expropriações necessárias:

“...e porquanto os proprietarios de algumas terras poderão impugnar com tempo exposto a execução da dita planta não consentindo que em sua observancia se abram as ruas e praças com a direção e aria nella dilineadas; humildemente pedimos a Vossa Magestade seja servido ordenar que havendo algumas pessoas que contravenhão ao estabelecimento das mesmas ruas e praças na parte que comprehenderem dos solios de que forem proprietarias sejam esta obrigadas a largarem os mesmos solios que pesuïrem dentro do ambito do referido terreno pelo seu actual valor regulado por louvados para que comprando-os esta câmara, possa depois dividi-los e empraçá-los na conformidade da mesma planta concedendo-lhe Vossa Magestade, a permissão de tomar a juros o dinheiro necessário para as ditas compras debaixo da hipoteca das mesmas terras e dos bens do concelho que precizos foram emquanto estas não adquirirem o maior valor que devem receber depois de povoadas”;

Alguns cuidados particulares a ter em conta no que respeita ao fornecimento de água.

“...expomos também a Vossa Magestade, que dentro das terras que pesue o mencionado Ayres Pinto está situada a área e principal manancial da água da Fonte chamada Fonte da Arca que além de ser do melhor e mais corrozo prospeto desta cidade dela se utiliza uma grande parte dos seus moradores e porque ficando livre para o futuro o abrirem poços nos solos empraçados na vizinhanças da mesma arca é muito verosímel possam cortar-se as veias daquele manancial de que se seguiria um irreparável prejuizo publico. Pedimos também a Vossa Magestade, seja servido proibir que em nenhum tempo se abra poço algum em todo o ambito que hoje compreendem as terras do referido Ayres Pinto contiguas à sobredita arca debaixo da pena determinada por Vossa Magestade. Porto, em Câmara, 10 de Fev de 1761”.

Segue-se a cópia do Aviso Régio, dirigido ao Governador da Cidade:

“João de Almada e Mello, Brigadeiro dos meus exércitos a cujo cargo está o governo das Armas e Partido do Porto:

Eu El-Rey vos envio muito saudar. A Camera dessa cidade do Porto me representou com o plano e alinhamento e prospecto que serão com esta asinados por Francisco Xavier de Mendonça Furtado, ministro e secretário de Estado dos Negócios do Reino e Domínios Ultramarinos a utilidade de que seria para o maior comodo da serventia dessa cidade e para a formozura dela continuar-se a rua chamada das Hortas passando na forma do referido plano pelos laranjais e quinta de José Gomes até Santo Ouidio e atendendo a sobredita representação e a que sendo essa cidade a segunda deste Reyno, e uma das mais destintas da Europa assim pela sua situação e povoação como pelo comércio das Três Províncias a ela adjacentes. E dezejando concorrer para o seu aumento e decoro sou servido ordenar-vos que logo que receberes esta fuçais alinhar abrir e demarcar pelos officiais da Infantaria com exercicio de Engenheiros que acharéis mais póprios a sobredita rua na forma do referido plano avizando a camara para concorrer com os materiais e obreiros que neces-

sários forem ou por conta dos foreiros ou proprietários que pretendem edificar nas frentes da dita rua nova havendo-os ou por conta da mesma cidade . O que tudo fareis executar sem embargo de quaisquer leis, disposições ou ordens que sejam em contrário. À referida Câmara mando avizar para que de acordo convosco o execute assim no que lhe pertencer. Escrita no Palácio de N.S. da Ajuda. 29 Julho 1761". (segue-se a cópia da carta de D. João de Almada e Melo para o Senado sobre o mesmo assunto).

Para fazer face às despesas inerentes à concretização do grande plano da cidade arquitectado da forma que constatámos, houve a necessidade de recorrer a um subsídio "temporário" que iria incidir sobre o vinho, de um real em cada quartilho. A concessão desse imposto coincide com o ano do arranque das obras de remodelação da cidade, a par da criação da Junta das Obras Públicas, ou seja, 1763²⁰⁹.

A importância da contribuição do imposto sobre o vinho está bem clara numa carta enviada pela Junta à Companhia das Vinhas do Alto Douro:

"Sua Magestade foi servido attender benignamente a humilde respresentação que lhe fizemos da necessidade que havia de fazer de novo nesta cidade algumas obras publicas, e reparar muitas das antigas para o que não havião meynos nos Erarios publicos da cidade e só poderião occorrer a estas necessidades publicas concedendo-nos o mesmo Senhor a graça de continuar por des annos o Real Imposto em cada quartilho de vinho que se vendesse no distrito da Companhia Geral da Agricultura das Vinhas do Alto Douro que administra essa Junta, arrecadando-se pela forma que se tinha disposto para arrecadação do subsídio militar, que Sua Magestade mandou suspender pellas novas ordens da cobrança das Decimas; e como o mesmo Senhor foi servido anuir a nossa representação concedendo-nos a mercê que lhe pedimos pelo decreto da datta de 12 de Março firmado pela Sua Real mam de que retemos a copia: rogamos a Vossas Mercês queirão em execução della dar as ordens necessárias aos seus feitores para de novo se continuar na arrecadação do dito Real pella mesma forma com que nessa Junta se tinha bem justa e utilmente praticado. Deus Guarde as Pessoas de Vossas Mercês. Porto em Junta da Camara 28 de Março de 1763.

Sres. Provedor e Deputados da Junta da Companhia Geral do Alto Douro. ; João de Almada, Presidente; Luiz Xavier de Azevedo; Luis de Mello Pereira Coelho Correa; Joze Cardoso de Carvalho e Fonseca; D. António de Noronha e Meneses" 210.

A Companhia responde da seguinte forma:

"Illustrissimo e Exmo Sr. Presidente, Sres Juiz; Vereadores e Procurador da Camara.

²⁰⁹ Sobre este assunto ver ALVES, Joaquim J.B. Ferreira — *O Porto na Época dos Almadás: 1757-1804*. Porto: [s./n.] 1989-90. 2 vol. Dissertação de Doutoramento apresentada à Faculdade de Letras, n.175. 176.

²¹⁰ A.H.M.P. — *Registo das Obras Públicas*, Lv 1 fl.14.

Em consequencia da Real Resolução de Sua Magestade concedida na Carta Regia de 12 do prezente, que V^a Ex^a e Mercês nos participão pella qual o mesmo Senhor he servido restabelecer por tempos de dez annos a imposição de hum real por quartilho em todo o vinho que se consumir no destrito e privilegio exclusivo desta Companhia comprehendido no termo desta cidade, applicando o seu producto para as obras publicas della, temos ordenado que na Intendencia do escriptorio se entregue aos propostos as maquinas ja estabelecidas para a cobrança da mesma imposição, que principia a praticar-se em todo o vinho que sahir pela dita Intendencia da manhaa por diante; e nomeamos para este recebimento e para a conta particular que della deve formar-se hum caixeiro que a deve arrecadar dos ditos propostos e entregar o producto della no fim de cada mês à pessoa que trouxer authoridade para o receber; executando-se tudo debaixo da inspecção do deputado intendente do mesmo escriptorio. Deus Guarde a V^a Ex^a e Mercês. Porto em Junta 29 de Março de 1763. Vicente de Noronha Leme Cernache; Manuel de Figueiroa Pinto; Pedro Pedrossem da Silva; Brás de Abreu Guimarães; Francisco Barbosa dos Santos; Joze de Pinho e Sousa”²¹¹.

Trava-se da continuidade do imposto de “um real por quartilho em todo o vinho que se consumir no destricto” do privilégio da Companhia Geral da Agricultura das Vinhas do Alto Douro, mas que até 1763 tinha sido destinado a custear as despesas da guerra²¹². Teria a validade de dez anos mas acabou por ser sucessivamente “reconduzido” até 1790, data em que é revista a forma da sua aplicação, que passa a ser de meio real para financiamento exclusivo das obras da barra do Douro e o outro meio real para os aquedutos e cais da cidade, e continuando depois pelo devir do século XIX²¹³:

“Junta de quatro de Março de mil setecentos e noventa que fazião nesta cidade do Porto, e caza do Senado da Camara o Dezembargador Conselheiro, Chanceler Governador das Justiças, Prezidente das Obras Publicas, o Doutor Juiz de Fora dos Orfãos e Vereadores do mesmo Senado com assistencia do Procurador da cidade todos abaixo asinados.

Sendo nesta dia apresentada nesta Junta hum Avizo da Secretaria de Estado dos Negócios do Reino com a cópia de hua carta régia dirigida ao Provedor, Vice Provedor e deputados da Junta da Adeministração da Companhia Geral do Alto Douro para que em consequencia della se cumprisse e executase a suspensão de todas as Obras Publicas a que estava applicado o Real do Vinho para que daqui em diante o producto da mesma contribuição se devida em duas partes, hua para a obra da abertura, e reparos da Barra do Porto, e a outra para os Aquedutos e caes desta cidade cessando entretanto, por menos necessarias outra obras publicas quaesquer que sejam; a Junta em prompta execução desta

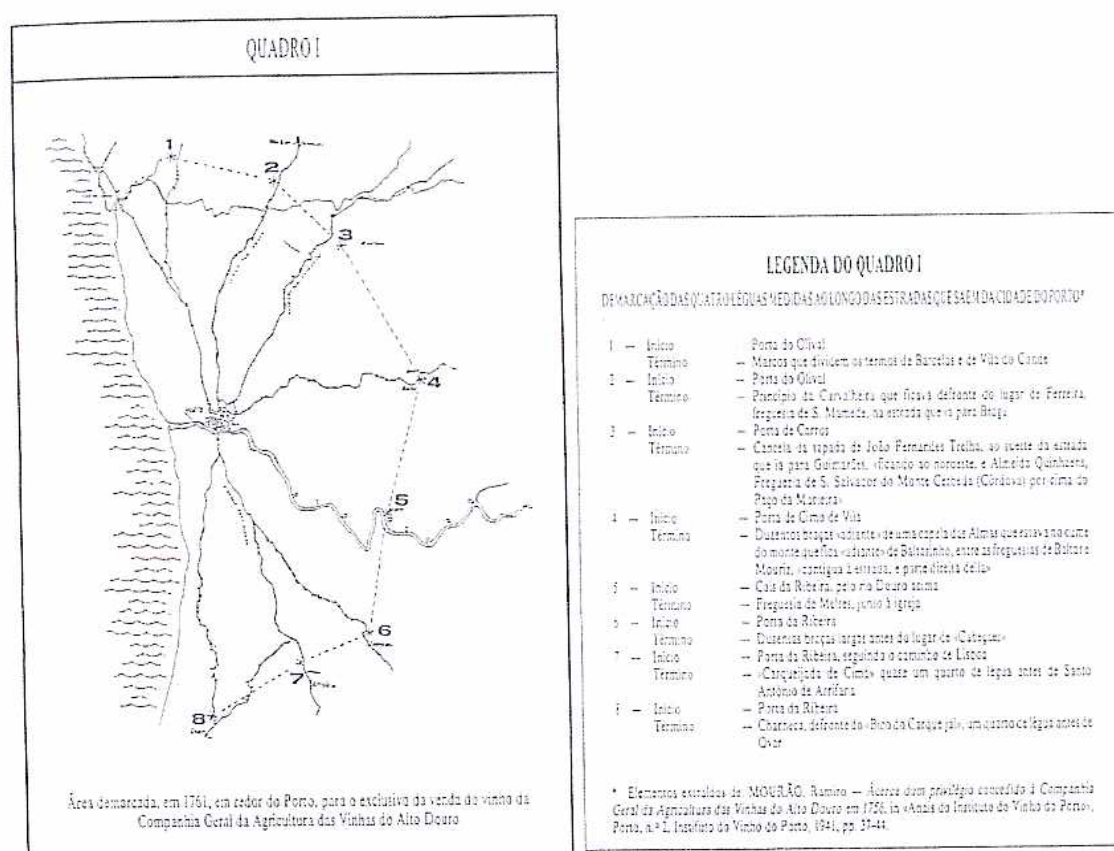
²¹¹ A.H.M.P. – *Registo das Obras Públicas*, Lv 1 fl.14.

²¹² cf. ALVES, Joaquim J.B. Ferreira – *O Porto na Época dos Almadas* – p.180.

²¹³ Em 1816, está registado no Livro 3 das Obras Públicas, fólio 55, uma Representação da Junta das Obras Públicas pedindo a prorrogação o imposto de um real em cada quartilho de vinho para as obras públicas, à qual anexam uma relação das obras que eram indispensáveis.

Real Ordem mandou suspender desde já em todas as obras publicas actoaes a excepção dos aquedutos e caes que Sua Magestade manda continuem"²¹⁴.

Fazendo o ponto da situação, esclarecemos que o "districto" do privilégio da Companhia das Vinhas se situava no interior do perímetro de 4 léguas ao longo das estradas que saem da cidade do Porto, como o mapa abaixo indica:



Pensamos que tem acuidade passarmos em revista a quantidade de obras contidas neste novo projecto, as quais podemos detectar, por exemplo, numa "representação" que a Junta das Obras Pública dirige à Rainha D. Maria I, em 1796, na qual menciona a receita e despesa a que montava o referido imposto no ano antecedente²¹⁵:

"Registo da conta que se deu a Sua Magestade, do Estado das Obras Públicas, em todo o anno de 1795 e do Mapa que acompanhou com huas notas no fim, que declarão em rezumo, o que contem os documentos; que instruirão a mesma conta.

²¹⁴ A.H.M.P. — *Registo das Obras Públicas*, Lv 2 fl.54v

²¹⁵ A.H.M.P. — *Registo das Obras Públicas*, Lv 2 fl.54v

Senhora

Detreminando Vossa Magestade, nesta Junta das Obras Públicas, na Regia Provisão de 25 de Agosto de 1787, que pelo Tribunal do Desembargo do Paço, desse todos os annos conta, com o Mapa das Obras, que se houvesse feito; e do estado do cofre, receita e despesa; vai tudo ser presente a Vossa Magestade.

Pela Certidão nº1 consta ter sido o rendimento do meio real do Vinho cobrado na Companhia Geral da Agricultura das Vinhas do Alto Douro, e entregue no cofre das Obras Públicas, por certidões passadas pelo Secretario della, em todo o anno de 1795, a quantia de 8 contos 335 mil 200 réis, pois que outra igual importancia se acha applicada para as obras, e reparos da Barra desta cidade desde o anno de 1790; e que igualmente entrou de pessoas particulares 27 mil 814 réis; vindo assim a ser o total da receita de 8 contos 363.014 réis.

A certidão nº2 verifica que a despesa no sobredito anno pelos 76 mandados passados sobre o thezoureiro da mesma contrebuição do nº 59 até 134, fazem a importância de 11 contos quinhentos outenta e oito mil 696 réis e com as duas parcelas de 137.813 réis pagas à boca do cofre, vem a prefazer naquella anno actual despesa de 11 contos, 726 mil, 509 réis, suprimindo-se com o que ficou no cofre do tempo do último triênio em que por muitos mezes se não fizeram obras publicas.

O mapa nº 3 fás ver as obras, que continuarão no mencionado anno, a saber, a Rua de Santo António, Pedreiras, Paceyos, e Rebaixo della; a demolição da antiga Torre Casa da Camara, e a casa de Joaquim Bento Raymundo de Mello sitas na Rua de Santo Eloy, tudo por ordem de Vossa Magestade e as outras compriendidas no mesmo mapa, na maior parte della, foi a Junta obrigada a reparar o danno publico na falta de água no aquedutos da cidade e encanamentos feita para e expedição nos tempos dos Invernos.

Á vista de tudo, Vossa Magestade ordenará o que for servida. Porto, em Junta das Obras Públicas, 12 de Mayo de mil setecentos e noventa e seis; Manuel Francisco da Silva Veiga Magro e Moura prezidente inspector da Junta das Obras Públicas; José António da Silva Pedrosa Guimarães Juiz do Crime, servindo de Cível; Diogo Leite Pereira; Joaquim Vieira de Melo; António Joaquim de Mesquita Pimentel de Carvalho; Tomás da Silva Ferraz; Manuel Félix Correa Maya.

Nº 3 Mapa das Obras

- Escadas de Santo Ildefonso e Pedreira pertencente à rua de Santo António;
- Tanque da Praça Nova;
- Concerto do Caes da Ribeira;
- Conclusão da Parede da Neta que se tinha arroinado;
- Minas de água da Rua de Almada e Salgueiros;
- Conclusão da demolição da antiga torre da casa da camara, e carretos da pedra para a obra da Relação;
- conclusão de hua nova casa, que se fes no Pateo da camara, para meter lousas e bombas;
- Rebaixo da rua que vai para o Padrão das Almas;
- Concerto da Rua da N^a Sr^a da Natividade, para a expedição das agoas;
- Paseyos da rua de Santo António;

- Aquaduto na Praça Nova;
- Rebaixo na rua de Santo Ildefonso;
- Desentulho do antigo Adro dos Enforcados;
- Demolição da casa de Joaquim Bento Raymundo a Santo Eloy;
- Aquaduto da agoa do Poço das Patas;
- Compra de louça para o concerto dos Aquadutos da cidade;
- Concerto de varias ruas para virem os carros triunfantes a cidade pelo felis nascimento do Serenissimo Principe da Beira;
- Concerto da Rua do Estêvão;
- Desentulho dos Quartéis para Villar;
- Abertura do sítio da ágoa ardente e compra de dous predios para a sua construção sendo o mais offrecido pelos confrontantes;
- Concerto na Praça do Laranjal;
- Concerto e rebaixo na rua da Torrinha;
- Concerto nas ruas de Santo André e São Roque”.

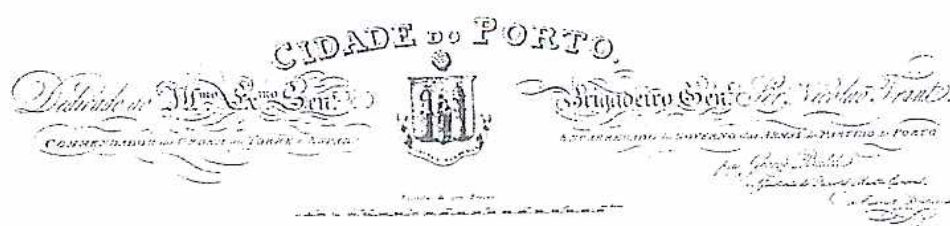
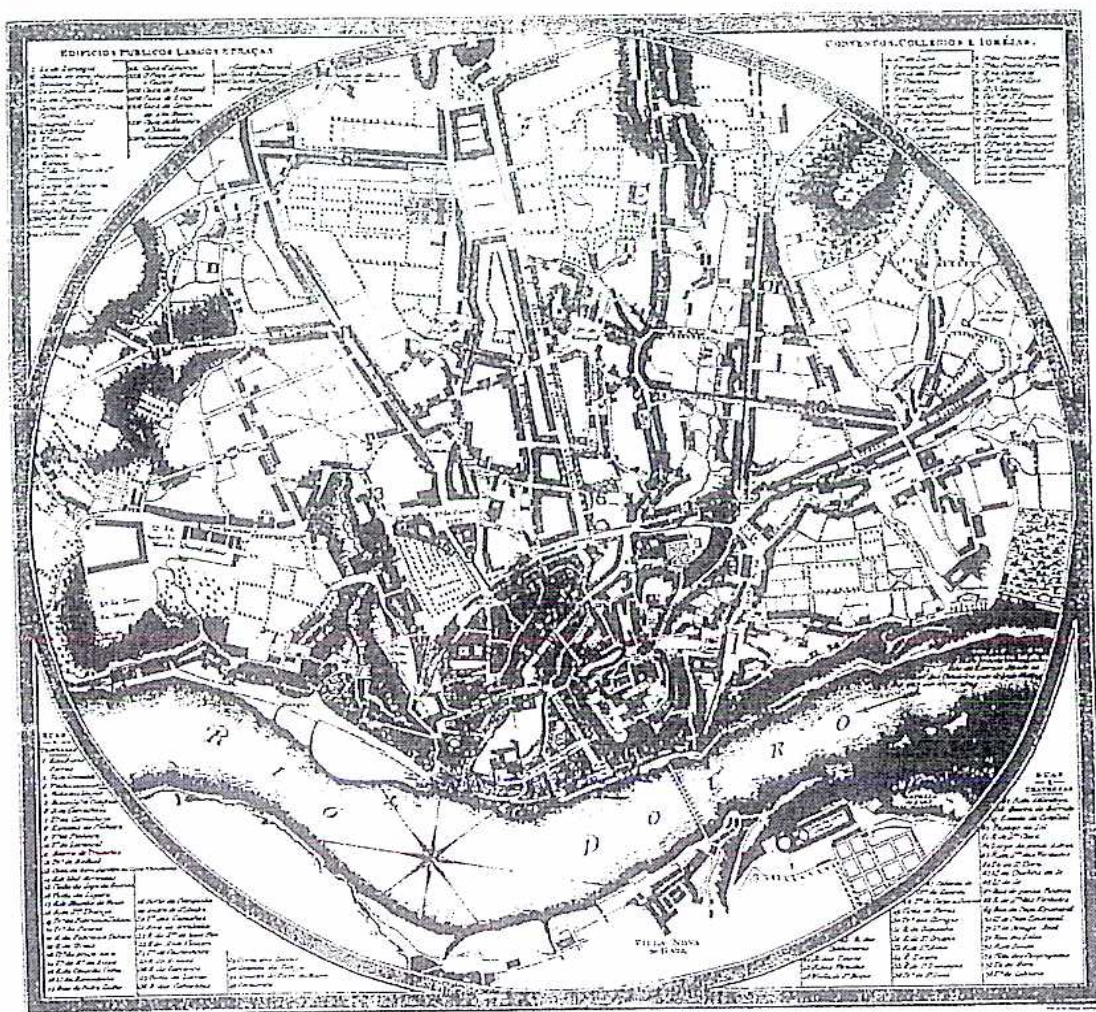
A área total de intervenção tinha sido muito superior, e, entendemos que vale a pena apresentar parcialmente um documento no qual a Junta das Obras Públicas “representa” à rainha D. Maria, dando “conta da receita e despesa do real incluindo das obras em ser findas e principiadas” desde o 1º de Janeiro de 1789 até ao último de Dezembro do mesmo ano²¹⁶.

« Mapa das Obras:

- Aqueduto do poço das Patas, que continua por arruinado, a não vir a cidade muita parte da água, que há no seu nascimento;
- Concluiu-se o Arco da Rua de Santo António, e parte do paredão da parte Sul da mesma rua;
- Concluiu-se a Ponte de Cedofeita formando-se sobre ella hua nova Fonte em hua meya laranja com assentos a roda com seu parapeito nos lados de cento e vinte palmos, e no princípio desa hum chafaris para besta, e gados;
- Concluiu-se a boa Rua do Codesal toda continuada em lamos de escadas suaves com patamares de espaço a espaço para adoçar a grande subida daquele monte com sua cloaca para receber as ágoas dos anchurros, e as do Convento de Santa Clara com notório beneficio do Público;
- Fes-se a calçada que faltava na rua do Alameda junto à Praça de Santo Ovídio e concertou-se a das Hortas;
- Melhorou-se a entrada da cidade desde a Lapa, até a capela do Senhor do Olho Vivo;
- Calçou-se a rua de Tras;
- Concertou-se a calçada das ruas da Ferraria de Cima, e dos Caldeireiros;

²¹⁶ A.H.M.P. – Registo das Obras Públicas. lv 2 fl. 52v

- Concluiu-se a rua chamada da Neta, que vai da do Bonjardim para a de Santa Catarina com o paredão, arcos e parapeitos de ambos os lados;
- Concertaram-se a Fonte e tanques dos Lavadouros das Virtudes;
- Fez-se um aqueduto no mesmo sítio para os enchurros;
- Hua escada com seu corrimão que desce d' Alameda da Porta do Olival para a Praça da Cordoaria ao lado do Norte;
- O paredão da rua de S. Francisco pago metade pelo público;
- Pagou-se o resto da obra da Baliza da Crus da Barra;
- Concertou-se a rua das Quangostas;
- Pagou-se o resto do lageamento da rua do Almada;
- Concertou-se a rua das Flores;
- Concertaram-se as Fontes das Taipas, do Bulhão, e rua Chan;
- Pagou-se o resto das traveçoens da rua de Santa Catarina, e de Santo Ouvidio;
- Calçou-se a rua que vai da Porta do Olival para o Calvário;
- Calçou-se a rua da cadea, até a Portaria de São Bento;
- Calçou-se a travessa que medea entre esta Igreja, e as cadeas da Relaçam;
- Concertou-se a Calçada da rua das Taipas;
- Calçou-se a rua que vai dos Banhos até a Porta Nova;
- Concertou-se a que vai de Sam Nicolau para a Reboleira e Banhos;
- Concertou-se o Aqueduto do Chafariz da Ribeira;
- Calçou-se a travessa que vai do Calvário para a rua das Virtudes;
- Continuou-se no altiamento do Paredão das Virtudes;
- Reformaram-se os assentos todos do mesmo sítio que estavam desmantelados;
- Fez-se um paredão que alinha a regularidade da Praça do Laranjal pelo lado do Nascente, e se concluirão os Aquedutos, que ficão nella subterraneos para os enchurros de Liceiras;
- Calçaram-se duas ruas a do Cidral, e do Rio Frio em Sao Pedro de Miragaya;
- Deu-se principio a bela obra do caes de Massarelos com seus Proizes para segurança das amarraçoens, com paceyos nos lados, e parapeito ficando ambito livre para servidão de carruagens; e estão feito cento e trinta e quatro palmos de estensão com altura de vinte e cinco livres de alicerce;
- Limpou-se hum cano subterraneo no campo da Cordoaria, para a boa expedição das agoas que elle recebe;
- Continuou-se nas calçadas do largo dos Ferradores com paceyos que as bordão de hum e outro lado;
- Abriu-se hua bela rua dos Quarteis para a quinta de Thomas Estaford que dá caminho aos sítios de Villar, São João da Foz e Mathozinhos;
- Franqueou-se a comunicação da rua de Trás para a dos Clérigos;
- Deu-se principio a bela obra de hum novo aqueduto de agoas que abundem a cidade no sítio dos Salgueiros a meia distancia de Paranhos com a nobreza correspondente ao objecto della;
- Fez-se hum cano na rua de Cedofeita para as agoas que vem por hua viella;
- Mais um aqueduto das Vertentes da Fonte da Batalha".



Todo este dinamismo urbanístico tem sido alvo da reflexão de vários autores, uns explorando primordialmente os aspectos relacionados com a arquitectura em si, outros procurando inseri-lo num contexto mais vasto, a nível europeu em busca de explicações para este fenómeno que uma evolução demográfica por si só, não justificaria. Nesse sentido é necessário lembrar que se vivia conjunturalmente na Europa das Luzes. A Corre vivia essa influência que pôde pôr em prática no que se refere ao urbanismo devido à devastação causada pelo terramoto de 1755.

O Marquês de Pombal pretendia modernizar a segunda cidade do País, que na imagem dada por um historiador de Arte, era “*um grande centro portuário, onde movia uma burguesia em ascensão (acrescida de uma importante colónia de comerciantes ingleses) e onde, além da febril actividade da colmeia dos artesãos, desembocavam os rendimentos agrícolas da Igreja local e de um apreciável grupo da nobreza provinciana. Por outro lado devido ao aumento da população, o casario da cidade expandia-se cada vez mais, em núcleos dispersos, pelas zonas exteriores às muralhas medievais. Impunha-se um movimento aglutinador das múltiplas energias*”²¹⁷.

O modelo da reconstrução da Lisboa Pombalina inspirava o risco da baixa portuense pelos engenheiros militares e arquitectos. D. João de Almada e Melo, como presidente da Junta das Obras Públicas durante 28 anos, desempenhou um papel assinalável na remodelação urbanística da cidade, efectuado segundo as teorias do Iluminismo²¹⁸.

Estamos agora em condições de entender que as populações vizinhas do Porto vivessem este pulsar da cidade e almejassem idêntico direito de crescer com recurso às mesmas fontes de financiamento.

Voltamos assim a uma das questões que deu vida a este trabalho que é a de saber a forma de actuação da Edilidade Portuense perante tais solicitações. Há uma constante no procedimento do Senado, que é a de convocar a “Nobreza e o Povo”²¹⁹ da cidade do Porto ou entidades idóneas dos locais que requerem o financiamento, para os “ouvir”, saber a sua opinião. Depois decide na conformidade ou, por vezes, resolve tomar outras rumos. Muitas destas situações são colocadas à Câ-

²¹⁷ GONÇALVES, Flávio – *A Arte no Porto na Época do Marquês de Pombal*. In COLÓQUIO INTERNACIONAL POMBAL REVISITADO, 2, Lisboa, 2 e 3 dezembro 1982 – Actas. Lisboa: Editorial Estampa, 1984, p.103-130.

²¹⁸ GONÇALVES, Flávio – *A Arte no Porto na Época do Marquês de Pombal*...p.103-130. Diz-nos o Autor que a “Junta, possuindo como fontes de receita os impostos sobre o vinho, o sal, e a carne, projectou e abriu longas e rectilíneas ruas, e algumas praças, que uniram, num conceito de globalidade, quer os principais bairros situados fora das muralhas (e estes com pontos nevralgicos do aglomerado intra-muros), quer os mais importantes monumentos do período barroco – ao mesmo tempo que se actualizaram e embelezaram velhas zonas do burgo medieval e quinhentista”.

Sobre a arquitectura urbanística inserida no espírito do Iluminismo veja-se a obra de FRANÇA, José Augusto – *Lisboa Pombalina e o Iluminismo*. Lisboa: Livraria Bertrand. 1977.

²¹⁹ Por “a Nobreza e o Povo” queremos significar, como era costume na época e consta em documentos coevos, os representantes de grupos de habitantes da cidade que vivenciavam os problemas quotidianos e que transmitiam as suas opiniões sobre questões concretas que surgiam no decorrer das Vereações, quando para tal eram convocados.

Independentemente dessas pessoas, que pertenciam às Ordens sociais do mesmo nome (e enquanto a Casa dos Vinte e Quatro, representante dos mestirais, esteve activa), compareciam nos actos do Senado representantes jurídicos do Povo: caso dos procuradores do Povo e seu Juiz.

mara portuense, via Casa da Relação por ordem do Rei e portanto, trata-se apenas de um “parecer” dado pelo Senado, para posterior decisão do Monarca.

Passemos a uma análise concreta de algumas situações:

Valongo (no Termo do Porto) surge-nos várias vezes a solicitar a concessão de “*um real em cada quartilho de vinho, azeite e arrátel de carnes, que se consumirem no dito povo*”, para se realizarem certas obras essenciais. Este facto da incidência ser local é importante para a anuência do Senado. Foram ouvidos a “Nobreza e Povo” da cidade do Porto, assim como o Ouvidor e “homens da fala” do dito lugar os quais disseram que não tinham dúvidas, perante o que o Senado concordou²²⁰.

Outro caso foi o do Reitor e Povo de Campanhã que solicitaram ao Rei, em 1793, a imposição de “*hum real em cada quartilho de vinho e outro real em cada arrátel de carne que se vender nessa freguesia, para poderem concluir a obra da igreja da mesma freguesia*”; foi convocada a Nobreza e Povo do concelho de Gondomar, e, por “37 pessoas” das que compareceram foi dito que era justo e atendível o requerimento; “*por 29 pessoas foi dito que não era justo porque havendo mais de 600.000 réis de fundo na Confraria de Nossa Senhora de Campanhã se introduziram os Mordomos sem consentimento do Povo a abrir a obra da mesma igreja...*”, etc. Nestes casos, em que há uma cisão de pareceres dos locais, o Senado costuma limitar-se a expor ao Monarca a situação para que decida em conformidade, não emitindo opinião própria²²¹.

Já em 1754, as religiosas do Convento de Vairão solicitavam a autorização régia para imporem um real em “*todo o vinho*” que se vendesse no concelho da Maia para custear as obras do convento, sua igreja e muro. A “Nobreza e Povo” concordam, mas alguns dos “vinte e quatro”, entenderam que não se deveria pôr um “*novo tributo em utilidade das religiosas sem consentimento expresso de todos os moradores ou a maior parte dos moradores do dito concelho da Maia em que se pretende estabelecer o dito real...*”.

Subentende-se que a Câmara tenha estado de acordo com o lançamento do imposto, mas talvez não tenha mandado ouvir os locais porque uns dias mais tarde, surgem mais de 60 pessoas a pedirem a impugnação do mesmo, dizendo que “*as vendeiras de Leça*” oneravam o vinho com um real em cada quartilho afirmando que tinha sido a Câmara a ordená-lo. Em resposta, esta mandou o juiz do povo informar sobre o requerimento que tinham feito as religiosas do Convento de Vairão²²².

²²⁰ Refiro como exemplos as datas de 1754 e 1769, respectivamente: A.H.M.P. – *Lv Vereações* 82, fl.48; *Lv Vereações* 85, fl. 213. Solicitam reparos na presa junto à Ponte da Carvalha e na segunda data, na Igreja.

²²¹ A.H.M.P. – *Lv Vereações* 92, fl.75.

²²² A.H.M.P. – *Lv Vereações* 82, fl.156. 156v.

Múltiplos são os exemplos que poderíamos referir. Usualmente, o que prepondera na opinião favorável da Câmara é a obra ser de interesse do público e que não sobrecarregue financeiramente quem não usufrui dela.

Um dos assuntos tratados em Vereação, com interesse para este trabalho, é o dos cuidados a ter com a pareação das pipas. Estava-se em 1751 quando surge o problema das medidas das pipas serem superiores às do acórdão pré-definido pela Câmara do Porto, daí resultando prejuízo “aos vendedores de vinho acima do Douro” e aos direitos reais²²³. Como era uso, convocou-se a “Nobreza e o Povo”, que em conjunto com o Senado votou o seguinte:

- “Que nenhum official mestre do officio de tanoeiro possa largar a sua logeaa, desfazer-se della, sem que seja marcada pelo juiz do officio, com uma marca que desde logo a camara lhe dara para isso, ficando na mesma logea um padrão da mesma marca, a quoaal sera posta dipois de ser pello mesmo juiz, pareada, vendo e examinando bem se esta com a medida justa que determina o acórdão antecedentemente feito no ano de 1672, de 21 almudes, cujo almude sera pello tacho do concelho, pareando-a na forma do dito acórdão e conforme a arte e sem a dita deligencia feita e exame se não pora a dita marca”²²⁴, a qual deveria ser colocada com ferro em brasa na cabeça das pipas. As que estivessem feitas e fossem maiores deveriam sêr reduzidas e posta a marca no espaço de quatro meses. E para que não circulassem pipas de maior medida, “nenhum arrais ou barqueiro podera receber em seu barco casco de pipa alguma cheia ou vazia, que não tenha as referidas marcas”²²⁵ sob pena de 6.000 réis por cada casco que no seu barco se achem sem a referida marca²²⁶.

Passado um mês, Julho de 1751, gerou-se uma polémica enorme sobre o officio de superintendente das marcas das pipas. “Alguém”²²⁷ requereu ao Rei que se criasse um superintendente das ditas marcas. O Monarca ordena, através do seu Secretário de Estado Pedro da Mota e Silva, que se ouvisse a Nobreza e Povo desta cidade juntamente com o Senado, os quais são de opinião que o requerimento só interessava a quem o pretendia desempenhar e não ao público porque para o problema em causa já existia um acórdão feito pela Câmara. E acrescentam:

“Outrosim diceram que a elles Nobreza e Povo os quais huns e outros conforme a sua graduacão andaram na Governança desta cidade que era injurioza a representacão

²²³ A.H.M.P. – *Lv Vereações* 81, fl.333v

²²⁴ Idem, *Ibidem*.

²²⁵ Idem, *Ibidem*.

²²⁶ Idem, *Ibidem*.

²²⁷ “Alguém” significa isso mesmo, pois o requerimento era anónimo.

feita a Sua Magestade sem nome arguindo a inobservancia dos acordaos e introduzir por esse modo hum officio com gravamen para a cidade com prejuizo ao povo sem utillidade da Real Fazenda pois isto esta suprido como exercicio dos juises do officio e penas postas aos transgressores e barqueiros que as conduzirem sem a dita marca pella quoal não pagando os Mestres couza algua vinhão a pagar na criação do officio soma consideravel posto que fose diminuta a espartalla atendendo a quoantidade da pipas que faz cada mestre e que o dito ultimo acordao desta camara de que se faz menção na mesma supplica não podia enthe agora verificar-se, que não havia delle observancia pois estava no seu principio, agora se daria execucao no que o podese ter, e porque o mesmo determina o tempo de quatro mezes para se reduzirem a medida certa as pipas fabricadas antes delle por isso nesta parte devia ter a dita execucao fim do mesmo tempo e nesta forma deram a dita resposta..."²²⁸.

Para finalizar este tema vem a propósito contar um caso de 1755 que opôs o Procurador da Cidade e o Senado²²⁹. O primeiro apresentou queixa em Vereação contra um tanoeiro, mas o Senado relegou o assunto para os almotacés. O Juiz do ofício de tanoeiro também interveio, possivelmente para tentar atenuar a pena de "perdimento de pipa e prisão", aplicada pelos almotacés ao infractor. O Procurador da Cidade entendeu que o assunto não foi tratado como devia e apelou para a Relação do Porto contra o Senado Portuense.

Não sabemos qual a infracção cometida pelo tanoeiro, nem qual a decisão do Senado da Relação sobre o procedimento da edilidade, mas podemos afirmar que, sem dúvida, os assuntos ligados ao Vinho davam muitas "dores de cabeça" ao Governo da Cidade.

²²⁸ A.H.M.P. – *Liv. Vereações* 81, fl.317v.

²²⁹ A.H.M.P. – *Liv. Vereações* 82, fl. 280, 282v, 311.